

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
CONFERÊNCIA A GEOPOLÍTICA DO BRASIL NO MUNDO GLOBAL.
A AGENDA BRASILEIRA DE DEFESA

A cooperação em Defesa na CPLP: o papel do Brasil¹

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi

kamillarizzi@unipampa.edu.br

Resumo

Palavras-chave

Introdução

O presente trabalho objetiva analisar o papel do Brasil na cooperação desenvolvida na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente no domínio da segurança e defesa. Como problema de pesquisa, questiona-se quais razões estão vinculadas à ampliação das esferas de cooperação e os elementos que motivam os Estados-membros a promoverem estas ações, especialmente o Brasil. A hipótese levantada preliminarmente sugere que reside no próprio perfil da organização o elemento promotor da cooperação entre seus membros, nos moldes da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), através das demandas apresentadas pelas partes. Portanto, assume-se que a CPLP atua como uma estrutura de fortalecimento e de resoluções conjuntas para problemáticas regionais, contribuindo para a preservação da soberania e do desenvolvimento destes Estados, contra ingerências extrarregionais, legitimando a construção de visões coletivas sobre o Atlântico Sul, além de ser reflexo, em alguma medida, de um conjunto de iniciativas políticas na criação de novas instâncias de cooperação que se somam as principais regiões de interesse geopolítico do Brasil.

Em relação aos aspectos metodológicos, a pesquisa utilizou o protocolo quanti-qualitativo, caracterizando-se como de caráter explicativo, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental

A importância em se considerar o estudo da CPLP resulta de diversos aspectos. Segundo o LBDN (2012), a atuação internacional brasileira em matéria de defesa deve zelar pela consolidação de estruturas de governança multilaterais, representativas da nova distribuição de poder global, voltadas à paz e segurança mundiais. Por isso, “[...] o país deve empenhar-se na construção de uma multipolaridade cooperativa, buscando a diversificação [sic] de parcerias e estreitando laços com os países do Sul, não em detrimento de sua relação tradicional com os países do Norte” (LIMA et al, 2017, p. 72). Se na América do Sul, a cooperação em defesa avançou no início do século XXI no âmbito da UNASUL, no Atlântico Sul, a manutenção da região como zona de paz e cooperação perpassa por ações conjuntas de defesa.

Introdução

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 17 de julho de 1996, despontou como uma organização multilateral com o objetivo de privilegiar a cooperação entre os Estados-membros. Esses eram originalmente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau,

¹ Versão preliminar de artigo apresentado na “CONFERÊNCIA A GEOPOLÍTICA DO BRASIL NO MUNDO GLOBAL. A AGENDA BRASILEIRA DE DEFESA”, em 16 de março de 2002, nas dependências do Instituto Universitário Militar de Portugal.

Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, tendo Timor-Leste (2002) e Guiné Equatorial (2014) completado, posteriormente, os nove países da Lusofonia. Na dimensão estratégica, destaca-se que a entrada de Díli ampliou a área de influência da Comunidade até o sudeste asiático e à Oceania, enquanto o segundo reforça a dimensão energética e atlântica da organização.

Criada em um contexto no qual as bases da ordem mundial do período pós-Guerra Fria se definiam, ao longo dos seus 23 anos de existência, a comunidade demonstra ter extrapolado a retórica inicial dos laços socioculturais da língua comum, despontando como uma experiência singular entre seus pares da anglofonia e francofonia. Ademais, a CPLP tornou-se um elemento estratégico na política externa dos seus Estados-membros, favorecendo a melhor inserção desses no sistema internacional, constituindo, segundo Bernardino (2011), um instrumento de poder e influência dos países na sua afirmação regional e global. Dado seu patrimônio cultural único, a organização busca contribuir para governança global assente no multilateralismo, e para a segurança e o desenvolvimento de cada um dos seus membros (MONGIARDIM, 2014).

Junto a isso, a Comunidade mantém um importante canal de diálogo com diversos organismos – Organização das Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA), União Europeia (UE) -, além dos mais de cinquenta Observadores Consultivos e dos dezoito Observadores Associados² - Maurícias (2006); Senegal (2008); Geórgia, Japão, Turquia, Namíbia (2014); República Checa, Eslováquia, Hungria, Uruguai (2016); Luxemburgo, Andorra, Reino Unido, Argentina, Chile, França, Itália e Sérvia (2018). O interesse destes Estados em se inserirem na CPLP reafirma o prestígio e projeção internacional da Comunidade. Destaca-se também, a mais recente solicitação para Membro Associado vinda dos Estados Unidos, evidenciando a relevância político estratégica do espaço lusófono.

Diversos fatores corroboram para o valor estratégico que a Comunidade vem reafirmando ao longo dos últimos anos. No aspecto geográfico, verifica-se que a CPLP se estende por cerca de 10 milhões de km², abrangendo quatro continentes (América, África, Europa e Ásia), abarcando uma população de aproximadamente 62 milhões de pessoas. Entende-se que a ordem mundial pós-Guerra Fria tem se caracterizado pelo processo de revalorização das dimensões geopolíticas e geoestratégicas dos mares e oceanos. Nesse sentido, os Estados-membros da lusofonia reúnem vastas áreas oceânicas que totalizam no seu conjunto mais de 7,5 milhões de km², sendo desses 120 mn de Zona Contígua (Brasil, Angola, Portugal, Cabo Verde, Guiné Bissau e Timor-Leste) e 400 mn de Plataformas

² Em 1998, foi criado o Estatuto de Observador na II Cúpula de Chefes de Estado e do Governo, e em 2005 o Conselho de Ministros estabeleceu as categorias de Observador Consultivo e Observador Associado. Os Observadores Consultivos abarcam organizações das Sociedades Cívicas que, em parceria com a Comunidade, atuam em diversos domínios de cooperação, seu Regulamento foi aprovado em 2009 e revisado em 2016. Os Observadores Associados representam Estados que podem participar, sem direito a voto, nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à documentação não confidencial, podendo apresentar comunicações desde que devidamente autorizados.

Continentalis (Brasil e Portugal). Estes valores tendem a crescer dada as propostas de alargamento das Plataformas Continentais³ apresentadas na ONU.

Nesse aspecto, destaca-se o papel brasileiro, apresentando-se como o principal parceiro de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe para o mapeamento e estudo de suas Plataformas Continentais. Angola e Moçambique, ao fim do processo de alargamento da Zona Econômica Exclusiva irão adquirir respectivamente um substancial espaço marítimo de 897.876 km² e de 676.000 km². Ademais, todas as capitais, exceto Brasília, estão localizadas no litoral e possuem portos de grande circulação. Em vista disso, estes países controlam importantes fontes de riqueza além de rotas marítimas com elevado fluxo comercial (Atlântico, Canal de Moçambique e o Mar de Timor).

Sendo a CPLP uma comunidade marítima, Mongiardim (2014) analisa que o vetor da maritimidade é o elemento que mais favorece o aprofundamento das relações intra-comunitárias, conferindo maior grau de convergência de interesses e influenciando sobre as relações de poder entre seus membros. Assim, pode-se afirmar que esta lógica possui implicações sobre o equilíbrio interno da organização. Entende-se que a triangulação tradicional, Portugal, Brasil e Angola, estabelecida desde antes mesmo da criação da Comunidade, vem competindo com o eixo Brasília-Luanda, favorecido pelo processo de deslocamento da balança de poder para o Atlântico Sul nos última década. Um episódio que exemplifica este novo equilíbrio interno na Comunidade foi o processo de admissão da Guiné Equatorial como membro pleno na organização que, embora contrária a vontade de Lisboa, foi defendida em conjunto pelos governos brasileiro e angolano perante os demais membros.

Assim, somada a sua relevância geopolítica, a CPLP possui uma importância estratégica para a segurança energética global tendo em conta seus vastos recursos energéticos e minerais como se verifica por meio dos últimos relatórios da IEA (2019). O Brasil é nono maior produtor de petróleo do mundo (3,428 mil barris por dia) e terceiro maior das Américas, atrás dos Estados Unidos e do

³ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) – assinada pelo Brasil em 10 de dezembro de 1982 e, posteriormente, ratificada em 22 de dezembro de 1988 – apresenta os conceitos de Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental, que, embora distintos e aplicáveis a espaços oceânicos próprios, têm sido freqüentemente confundidos e erroneamente utilizados, conforme Souza (1999). Assim, entende-se como Mar Territorial a soberania do Estado costeiro sobre o seu território e suas águas interiores em uma faixa de mar adjacente (o Mar Territorial), com dimensão de até 12 milhas marítimas (1 m.m.= 1.852 metros) a partir das linhas de base (arts. 2 e 3 da CNUDM). Nessa faixa, o Estado exerce soberania sobre a massa líquida e o espaço aéreo sobrejacente, bem como sobre leito e o subsolo deste mar. A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é uma área situada além do mar territorial e a este adjacente... (CNUDM, art. 55) e “[...] não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial” (art. 57 da CNUDM). A Convenção garante ao Estado costeiro “[...] direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo...” (CNUDM, art. 56, par. 1, alínea a). Com o objetivo de promover a utilização dos recursos vivos da ZEE, o Estado costeiro fixará as capturas e tem também jurisdição para regulamentar a investigação científica marinha e “...tem o direito exclusivo de construir e de autorizar e regulamentar a construção, operação e utilização de: a) ilhas artificiais; b) instalações e estruturas...” (CNUDM, art. 60, par. 1) com finalidades econômicas e/ou para fins de investigação científica. Já a Plataforma Continental de um “[...] Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.” (CNUDM, art. 76, par. 1).

Canadá, possuindo a décima quinta maior reserva do mundo (13 bilhões de barris). Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África (1,655 mil de barris por dia), depois da Nigéria, e possui a décima sétima maior reserva mundial (8,4 bilhões de barris). Moçambique é o terceiro maior detentor de reservas de gás natural na África, depois da Nigéria e da Argélia. As reservas (1,1 bilhões de barris) e a produção (184 mil barris por dia) da Guiné Equatorial são significativamente menores que a brasileira e angolana, e a segunda está em queda nos últimos anos, contudo, ainda são mais substanciais que a produção e as reservas do Timor-Leste (33 mil barris por dia) e de Portugal (13 mil barris por dia).

Eiras (2013) aponta para a oportunidade de se utilizar o poder petrolífero da organização como “uma alavanca transformacional da influência da CPLP no mundo”. Este processo de ampliação da relevância política e econômica mundial da Comunidade deve necessariamente vir acompanhado do aumento da cooperação nas áreas de defesa e segurança na organização, sendo um elemento essencial para a preservação da soberania e do desenvolvimento destes Estados contra ingerências extraregionais.

O Brasil ocupou pela segunda vez a presidência da Comunidade durante os últimos anos (2016-2018) e nesse período propôs como eixo de sua gestão a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, buscando privilegiar questões como educação, energia, agricultura, segurança alimentar. De acordo com Abreu (2018), ao priorizar o debate referente aos desafios e experiências nacionais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil buscou conferir maior visibilidade à Lusofonia no cenário de outros organismos internacionais, nomeadamente no sistema ONU, reforçando o multilateralismo como interesse comum aos Estados parte.

Cooperação na área de segurança e defesa na CPLP

Nesse contexto, o elemento da cooperação na CPLP surgiu como eixo estratégico central da organização para maximizar as potencialidades dos Estados-membros e minimizar suas vulnerabilidades por meio da cooperação multilateral – em grande medida, aproveitando-se do fato de cada um dos países comporem blocos regionais que tendem a relacionar-se entre si (PALMEIRA, 2012). Desse modo, figurando no Estatuto como um dos três objetivos, a cooperação⁴ representa um instrumento fundamental da Comunidade para o desenvolvimento dos Estados, a consolidação e projeção da mesma como organização internacional (MURARGY; ILHARCO, 2006). Os projetos implementados, ainda que em sua maioria técnicos, não são restritos a tal área, abarcando vertentes,

⁴ O primeiro documento no campo da cooperação, além dos textos fundadores, foi o Acordo Geral de Cooperação dos Países de Língua Oficial Portuguesa assinado na III Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, na cidade de Praia, em 1998, que conduziu a implementação de programas e projetos de cooperação conjuntos, foram criadas importantes estruturas de operacionalização da cooperação multilateral. O Acordo Geral estabeleceu um Fundo Especial destinado exclusivamente ao financiamento dos projetos de cooperação para o desenvolvimento e também determinou a nomeação de Pontos Focais.

que exigem um significativo grau de confiança e consolidação das relações entre os Estados membros, como a de segurança e defesa.

Em 2002, no âmbito da IV Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, (Brasília), foi aprovada a revisão do Estatuto da CPLP (artigo 4, alínea “b”), o qual ampliou as áreas de cooperação de cinco⁵ para doze⁶, adicionando o domínio da defesa como uma dessas. A ampliação dos setores de cooperação indica a consolidação e o aprofundamento do intercâmbio entre os Estados membros da CPLP. Ademais, o incremento conferiu um amparo institucional para iniciativas que já estavam sendo desenvolvidas, mas não eram contempladas pelos documentos oficiais.

As primeiras relações referentes a área da segurança e defesa na CPLP estão fortemente atreladas ao aspecto diplomático e de resolução de conflitos e remontam de 1998, na Cúpula de Praia. Devido à instabilidade na Guiné-Bissau naquele momento, foi criado o Grupo de Contato, reunindo os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores a fim de, por meio das vias diplomáticas, encerrar a guerra. No ano seguinte, a Comunidade compôs a primeira Missão de Observação para acompanhar o referendo sobre a autodeterminação do Timor-Leste. A credibilidade obtida nesta participação alavancou a visibilidade internacional sobre a atuação da CPLP na vertente da “diplomacia para paz” representando um importante marco na matéria de segurança e defesa (BERNARDINO; LEAL, 2011). A Comunidade demonstrou sua vocação para as Missões de Observação, em 2004, quando durante a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a CPLP foi chamada a se pronunciar a respeito do Relatório Especial do Secretário-Geral sobre a Missão da ONU de Apoio a Timor-Leste. Segundo Bernardino (2008), além de representar um marco para a Comunidade, o fato possibilitou a abertura de diálogos multilaterais da organização a nível global.

Tendo em vista os resultados positivos nestas iniciativas, durante a III Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo, no ano 2000, foi assinada a Declaração Conjunta sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização, o primeiro documento a fazer referência à cooperação na área de segurança e defesa, no mesmo ano foi criado o Secretaria Técnico Permanente para Assuntos de Defesa. Nota-se que a cooperação nesse domínio, apesar de não fazer parte das principais motivações durante a criação da Comunidade, em virtude das situações de instabilidade e conflito em alguns de seus Estados membros, tornou-se uma esfera de preocupação emergente passando a ocupar gradualmente a agenda da CPLP.

Ao longo dos anos, em meio a avanços e interregnos, foram criados órgãos, reuniões, acordos e projetos especificamente dedicados a cooperação na segurança e defesa. Exemplo disso foi, em 1998, o surgimento do Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa (CAE/CPLP)⁷ na I

⁵ Econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico.

⁶ Educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.

⁷ O CAE/CPLP é constituído pela sede em Maputo, Moçambique, e pelos Núcleos Nacionais localizados em cada Estado membro, dos Ministérios da Defesa. O Centro de Análise é o órgão responsável por promover

Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países da CPLP⁸, contudo, apenas em 2002 e 2003, respectivamente, que seu Estatuto e Regulamento de Funcionamento foram aprovados na V e VI Reunião dos Ministro de Defesa Nacional. É importante ressaltar que Portugal teve um papel muito relevante nesse início da cooperação em defesa na Comunidade, pois foi o Estado articulador dos encontros, instrumentos e ações entre os países de língua portuguesa, que levaram à criação do CAE, por exemplo.

Em 2019, a Marinha do Brasil, representada pelo Capitão de Mar e Guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo assumiu a direção do Centro, cargo exercido desde 2016 pelo Tenente-General Luís Diogo de Carvalho, de Angola. Observa-se que a gestão do Centro abre a possibilidade para que o Brasil lidere a dinamização da cooperação em defesa na Comunidade, além de representar uma importante plataforma para a difusão das concepções nacionais sobre segurança e defesa, especialmente no que diz respeito ao Atlântico Sul.

A representação mais expressiva sobre o fortalecimento dos diálogos na Comunidade neste domínio são os Exercícios FELINO, iniciados nos anos 2000. Esses constituem uma Força Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC) entre as Forças Armadas (FFAA) dos nove Estados da CPLP conduzidas em território dos membros. A série FELINO visa criar uma doutrina militar comum, nivelar conhecimentos e permitir uma interoperabilidade a fim de constituir um batalhão multinacional para atuar no âmbito das Operações de Paz e Assistência Humanitária no quadro da CPLP ou no quadro das Organizações Regionais e sub-regionais, sempre sobre a égide da ONU (NORMAS, 2012). Estes objetivos atravessam toda a concepção dos exercícios e treinamentos que, no entanto, não foram capazes até hoje de ultrapassar o domínio da defesa e entrar na agenda da organização sobre a dimensão político estratégica da CPLP (BARBOSA JUNIOR, 2018), o que reforça a percepção de que o aspecto securitário e de defesa são temáticas secundárias na Comunidade.

Os dois primeiros ocorreram em Portugal no formato Forças no Terreno, e a partir de 2004 iniciou-se a rotatividade. Atualmente, os Exercícios são executados com uma periodicidade anual envolvendo diversos setores das Forças Armadas, alternando a versão Exercício na Carta com o de Forças no Terreno, sendo que a segunda só ocorre no Brasil, Angola ou Portugal. A penúltima edição, no formato Forças no Terreno, foi realizada no Brasil, em 2017, na Academia Militar das Agulhas Negras e reuniu 1.600 militares, dos quais 60 foram oficiais e assessores estrangeiros.

pesquisas na área da estratégia considerando as necessidades dos países da Comunidade, ele atua desenvolvendo estudos que viabilizem a atualização e aplicação de doutrinas e procedimentos, no domínio da defesa, de interesse comum dos países. O Centro também criou um arquivo, divulgando trabalhos a respeito de suas atividades; outro objetivo importante do CAE/CPLP é habilitar, por meio do conteúdo obtido a partir de suas pesquisas, entre os Estados membros, a tomada de posições concertadas nos diversos fóruns internacionais (ESTATUTO CAE/CPLP, 2015).

⁸ A I Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países da CPLP foi uma iniciativa de Portugal ocorrendo fora dos quadros institucionais da Comunidade, sendo que o Brasil compareceu apenas como observador, é só a partir de 2002, na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, que a cooperação na área da Defesa foi incluída ao estatuto da CPLP e as reuniões de Ministros da Defesa, passaram a realizar-se no quadro das outras reuniões ministeriais (FIGUEIREDO, 2013).

Sobre a Operação o Capitão-de-Mar-e-Guerra do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, Walter Marinho de Carvalho Sobrinho, afirmou que Exercícios como a FELINO conservam o Brasil inserido no contexto internacional e demonstra as capacidades profissionais das suas Forças Armadas e da indústria de defesa nacional (MOURY, 2017)⁹. Para além disso, o Capitão compreende que a participação brasileira, dado o papel de liderança do país no cenário internacional, “[...] oferece para os demais países uma visão mais ampla do contexto internacional, por sua situação estratégica na América do Sul” (MOURY, 2017). Nesse mesmo sentido, o Major Flávio Luiz Lopes (2019) destaca que o posto brasileiro é de uma influência natural e até mesmo urgente, em termos numéricos, o país representa cerca de 80% da população total e aproximadamente 70% de suas Forças Armadas da lusofonia (PRAZERES, 2019). Nesse aspecto, o Brasil busca desenvolver capacidades próprias de projeção de força além de fomentar uma ação ativa em operações de paz, ajuda humanitária e apoio a defesa civil (BARBOSA JUNIOR, 2018).

É importante considerar que os exercícios evoluíram em termos de cenários, treinos regulares, padronização de procedimentos e aprofundamento do conhecimento das capacidades e limitações mútua (BARBOSA JUNIOR, 2018). Por outro lado, não se verifica o envolvimento de entidades tradicionalmente presentes em exercícios militares como centros de treinamento especializados (CCOPAB), representantes da ONU ou ONG (Cruz Vermelha, Médicos sem Fronteiras) (BARBOSA JUNIOR, 2018). Freitas (2018) considera que a Cooperação Técnica está bem consolidada e tende para um natural aperfeiçoamento, sendo estes treinos importantes para o desenvolvimento de capacidades militares dos Estados membros.

O aprofundamento da cooperação na esfera da segurança e defesa demandou a elaboração de diretrizes gerais e formalizadas. Assim em 2006, durante a “Cúpula da Década”, em Bissau, foi assinado o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa. Visando a sistematização e clarificação das atividades a serem realizadas, criando uma plataforma comum de conhecimentos em matéria de Defesa Militar, contribuindo assim para o desenvolvimento das capacidades internas com a finalidade de fortalecer as Forças Armadas dos Estados da Comunidade. No documento, os seis órgãos¹⁰ do domínio de defesa na CPLP foram determinados e tiveram seu funcionamento definidos. Ademais, o Protocolo identifica os vetores fundamentais e as linhas orientadoras da cooperação.

⁹ A edição 2018-2019 teve o Exercício na Carta (2018) em São Tomé e Príncipe, e a segunda fase, com Exercício no Terreno (2019) em Angola. O último reuniu 1.428 efetivos dos nove membros, sendo disponibilizado pela Força Aérea Nacional angolana duas aeronaves (IL-76, AN-72) e dois helicópteros “Augusta”. A Marinha de Guerra forneceu navios e lanchas de patrulha e uma companhia de fuzileiros navais. Os próximos exercícios serão realizados em 2020 na Guiné Bissau em formato Carta e em Portugal, em 2021, em formato Força de Terreno.

¹⁰ Reunião de Ministro da Defesa Nacional ou equiparados dos Estados Membros; Reunião de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou equiparados dos Estados Membros; Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou equiparados dos Estados Membros; Reunião de Diretores dos Serviços de Informação Militares/DSIM ou equiparados dos Estados Membros; Centro de Análise Estratégica; Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa.

Este documento é compreendido como um marco simbólico para a organização, pois indicou que a CPLP, após dez anos de sua criação, já era um processo consolidado e que caminhava para a ampliação de seus propósitos (BERNARDINO; LEAL, 2011). O Protocolo de 2006 também inspirou a criação da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, documento aprovado em 2015 pelos Ministros da Defesa e ratificado no mesmo ano pelo Conselho de Ministros da CPLP. Elaborado pelo CAE/CPLP, este documento preenche um vácuo conceitual dos demais tratados e protocolos que versam sobre o tema na organização. Conferindo sentido a o que os Estados membros identificam como dinâmicas de insegurança e segurança, e os valores comuns que eles se dispõem a proteger. Outro ponto importante é a adequada noção conferida as especificidades da CPLP na área da defesa, em particular a inserção regional dos países membros, estimulando o aperfeiçoamento da cooperação intra-CPLP e projetando a mesma nos contextos regionais, fator que a valoriza como uma organização de dimensão global e globalizadora (AZEVEDO; BERNARDINO, 2016).

Ao concluir, o documento afirma que é indispensável que esta identidade, ali pormenoriza, materialize-se em ações concretas, enquadradas por um protocolo de cooperação ajustado, as quais abarquem as estruturas já criadas, as dinâmicas em curso e as anteriores (IDENTIDADE, 2015). Estas ações já são verificadas no ano seguinte (2016) na iniciativa de revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa de 2006. Esse, cuja a revisão estava sendo discutida desde 2013 e foi aprovado em 2016 durante a Reunião dos Ministros da Defesa, em Dili, e sofreu fortes influências do texto da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, em particular no que tange a caracterização pontual das ameaça que impactam “diretamente a segurança das populações, como o terrorismo, a criminalidade organizada transnacional, principalmente associada ao tráfico de pessoas, de armas e de drogas, a pirataria, os ciberataques, as alterações climáticas, a poluição marítima, a pesca ilegal, entre outras” as quais “prejudicam o desenvolvimento de cada um dos nossos países e reforçam a necessidade de fortalecer e implementar mecanismos eficazes de cooperação no âmbito da CPLP” (PROTOCOLO, pág. 02, 2016).

As alterações visavam atender a demanda pela criação de novos fóruns e iniciativas, assim, foram incorporados o Fórum de Saúde Militar da CPLP¹¹ e a Conferência de Marinhas da CPLP. Destaca-se, também, a adição ao artigo 4º do Protocolo da prestação de apoio às populações em situações de calamidade, desastres naturais ou tecnológicos, bem como, de forma secundária, no combate a outras ameaças e riscos não militares, definido como um mecanismo de resposta conjunta a situações de catástrofes nos países membros, através da disposição de meios de todos os ramos das Forças Armadas. A situação de calamidade gerada em Moçambique pelo Furacão Idai, no ano de 2019, evidenciou a urgência na operacionalização desta força.

¹¹ Formado por especialistas do serviço de saúde militar dos Estados parte, visa reforçar os laços de colaboração profissional nas áreas de atuação da saúde militar, sendo um espaço para discussão e partilha de conhecimentos a fim de promover a doutrina sanitária das Forças Armadas contribuindo com a prevenção e combate a grandes endemias e catástrofes sanitárias.

Foi pauta de discussão durante as reuniões de Ministros da Defesa em 2008 e 2009 a criação de um Centro de Excelência de Formação de Formadores da CPLP em Operações de Paz. Ainda que essa ainda não tenha sido concretizada, evidenciando a falta de dinamismo das decisões na organização, ela representa um indicativo da vontade dos Estados em capacitar a comunidade (BARBOSA JUNIOR, 2018). Nesse mesmo sentido, uma das iniciativas mais recentes, que teve seu Regulamento aprovado em 2017 na XVIII reunião de Ministros da Defesa da CPLP, foi o Colégio de Defesa da CPLP, um fórum especializado de formação e capacitação na área de defesa para militares e civis dos países membros da CPLP.

O Colégio tem como principal suporte os Institutos de Defesa e Institutos Superiores Militares dos Estados Membros e visa potencializar a cultura de defesa bem como fomentar a coesão entre as partes, a fim de promover a cooperação e o intercâmbio científico reforçando assim a edificação de estruturas de ensino militar e de defesa (CPLP, 2017). O Brasil organizou a primeira edição que ocorreu na Escola Superior de Guerra, em Brasília durante no primeiro semestre de 2018, na modalidade presencial e a distância, ofertando os Cursos de Direito Internacional dos Conflitos Armados (LOPES et al, 2018). Para Freitas (2018), o Colégio de Defesa destaca-se como uma ação nova nas esferas da educação e formação militar nas quais os países membros possuem grandes experiências bilaterais e que apresenta espaço para crescimento. Contudo, Barbosa Junior (2018) chama a atenção para a ausência de projetos de Investigação e Desenvolvimento conjuntos na cooperação em segurança e defesa, dado o potencial comercial da CPLP, criar-se-ia com isso um mercado para produtos de defesa, além das próprias FFAA, que tornaria sustentável muitas iniciativas de incremento de tecnologia e modernização militar.

No campo da defesa, a presidência brasileira sediou no ano de 2018, a XX Reunião dos Chefes de Estado Maior Geral das Forças Armadas da CPLP, em Salvador, na qual os Estados membros debateram temas como a situação político-militar dos países da CPLP e de seu entorno geográfico, além dos princípios gerais e orientações de base para a criação do mecanismo de resposta a situações de catástrofe da organização. O Brasil assumiu a liderança na criação do documento de operacionalização desse, o qual irá compor o delineamento estratégico, o modelo da requisição de apoio, o fluxograma de solicitação de ajuda e um mapa de capacidades para cada tipo de catástrofe (FERREIRA, 2018). O Brasil ainda na ocasião apresentou a proposta consolidada para atualização das normas para a realização de exercícios militares no âmbito da CPLP, que foi a provada resultando na assinatura da Carta de Promulgação das Normas de Atualização.

A CPLP, como foi reafirmado durante a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, compreende a necessidade de avançar na reforma das Nações Unidas, especialmente na configuração do seu Conselho de Segurança, no intuito de reforçar a sua representatividade, legitimidade e eficácia através da incorporação de novos membros e do aprimoramento dos métodos de trabalho (FERREIRA, 2018). Nesse sentido, a Comunidade lusófona constitui um espaço de apoio

histórico, desde 1997, à candidatura brasileira ao assento permanente, como também, a pretensão da África de estar representada na categoria de membro permanente do Conselho.

Outro ponto importante é a heterogeneidade dos estágios de desenvolvimento do componente militar nos Estados-membros. Tanto nos PALOP e no Timor-Leste - em grande medida em virtude das heranças dos períodos pós-independência - existe uma carência de graus diferenciado, em vista disso os processos de reestruturação e modernização das Forças Armadas correm em níveis e ritmos particulares (TEIXEIRA, 2011). Fator que representa uma janela de oportunidade, em concordância com a Estratégia Nacional de Defesa, para a ação da indústria nacional de defesa, na qual a estrutura institucional criada no domínio da defesa e segurança da CPLP atua como um catalizador dessas relações.

Assim, ainda que a cooperação multilateral seja menos abrangente que as iniciativas bilaterais, a primeira deve ser estimulada pelas lideranças da Comunidade, pois possuem maior impacto político-estratégico, em virtude da maior complexidade de implementação que atestam a maturidade da organização (BARBOSA JUNIOR, 2018) Assim, se por um lado desponta a vontade política evidenciada pelos Estados membros, por outro, destaca-se também que, a periodicidade anual das reuniões dos principais órgãos de defesa favorece a pulverização ao longo do tempo dos projetos e das suas apreciações para decisão, necessariamente tomada por consenso, implicando na dinâmica dos processos e no seu ritmo de implementação (TEIXEIRA 2011).

Concorda-se, assim, com Palmeira (2012) quando esse afirma que a CPLP tem condições de se firmar como um ator no plano da segurança internacional, dada a vontade política dos governantes e a capacidade financeira para sustentar os custos destas operações. Além disso, observa-se que Brasília, Luanda e Lisboa destacam-se como importantes lideranças com condições de conduzir a cooperação em seus entornos regionais que interessam toda a Comunidade, desse modo, a falta de uma liderança efetiva destes atores prejudica a CPLP como um todo (BARBOSA JUNIOR, 2018). Soma-se a isso a limitação financeira, ou seja, precariedade dos recursos destinado a área de defesa e segurança. Nesse sentido, Freitas (2018) aponta para a criação de um fundo de financiamento previsível para a cooperação técnico militar, reduzindo a vulnerabilidade da organização em relação aos recursos financeiros dos Estados-membros

A cooperação marítima na CPLP como essência da cooperação em Defesa

O mar representa a essência da Comunidade e também um desafio para a defesa dos Estados, principalmente por demandar uma concepção diferenciada de limites e fronteiras, ao mesmo tempo em que existe a carência de meios militares e de tecnologia de ponta para fiscalização e controle dessas áreas. Essa é uma problemática fundamental para o Brasil (que possui recursos econômicos crescentes, mas imensa região costeira a patrulhar, ou seja sua projeção é continental e marítima paralelamente) e também para os países africanos, que em muitos casos não possuem marinhas ou guardas costeiras proporcionais às suas dimensões (SILVA, 2014). Como já mencionado, o mar é um sujeito central

para Comunidade¹², dada esta importância, desde sua fundação, a organização conta com um fórum permanente de assuntos marítimos como uma das temáticas fixas das Reuniões Ministeriais Setoriais.

No entanto, foi só no começo da última década que a cooperação gerou uma articulação mais expressiva na questão marítima. Nesta esfera, o documento mais expressivo é Estratégia para os Oceanos da CPLP aprovada em 2010, durante a I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da Comunidade. A iniciativa surge da necessidade de concentrar esforços entre os Estados membros no sentido da elaboração de uma visão integrada com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respectivas jurisdições nacionais¹³ (CPLP, 2010). Assim, a estratégia parte da percepção que os assuntos do mar representam um domínio estratégico para o desenvolvimento dos países parte e da CPLP como um todo.

No mesmo sentido, foi feita a proposta, durante a XIII Reunião dos Ministros de Defesa, de criação de uma Agência Lusófona de Monitoramento do Atlântico Sul como um órgão da esfera de defesa da CPLP. A Agência buscaria atuar como um Sistema de Informações Estratégicas e Apoio a Operações Conjuntas e Combinadas, com potencial para atuar na cooperação civil (ordenamento do território e gestão ambiental), mas principalmente na inteligência militar e de segurança, na prevenção de ameaças e vulnerabilidades (MATOS, 2012). O então Ministro de Cabo Verde caracterizou a criação dessa como “um poderoso instrumento de ações conjuntas e combinadas de combate ao vasto leque de ameaças à segurança marítima” (DECLARAÇÃO FINAL, 2011).

Identifica-se uma importante consonância entre a visão da Comunidade e a posição brasileira em relação aos oceanos, notadamente o Atlântico Sul. Esta concordância fica evidente na fala do então Ministro da Defesa do Brasil na ocasião do III Simpósio das Marinhas da CPLP, no Rio de Janeiro:

Os oceanos são elemento de integração entre civilizações. Até onde é possível enxergar no futuro, o comércio marítimo continuará sendo a grande artéria da economia mundial. Protegê-lo é vital para qualquer nação que queira manter-se soberana. O aparelhamento das marinhas e guardas costeiras tornou-se essencial à segurança dos Estados. Necessitamos de Forças Navais preparadas para garantir a defesa de nossos países e, também, para fazer frente às ditas “novas ameaças”. Atores não estatais podem infligir sérias perturbações à ordem mundial, por meio do uso assimétrico de tecnologia e armamentos. **Mesmo assim, o foco de uma Marinha de guerra como a brasileira continua a ser a dissuasão de forças potencialmente hostis em nossas costas e no Atlântico Sul.** Nossos desafios comuns exigem a ampliação da cooperação e do entendimento entre nossas marinhas e guardas costeiras. (AMORIM, 2012 p. 02 e 03, **grifo nosso**).

¹² O que reforça esta perspectiva são exemplo como: o Seminário das Plataformas Continentais (desde 1999) e os Fóruns de Estudo do Mar (também desde 2010), a Conferência dos Ministros das Pescas da CPLP (desde 2008), o Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa (desde 2008) e o Encontro de Portos da CPLP (desde 2008).

¹³ De modo mais pontual, destaca-se que a Estratégia é composta pelas seguintes ações: elaboração do Atlas dos Oceanos da CPLP; cooperação no desenvolvimento dos respectivos projetos de extensão da plataforma continental e da investigação científica e proteção ambiental; cooperação para a pesquisa de recursos minerais; identificação de áreas estratégicas de interesse comum dos Estados-Membros da CPLP no âmbito da segurança e vigilância marítima, visando a criação de um Observatório de Informação Estratégica Marítima; desenvolvimento de um projeto pedagógico referentes aos assuntos do mar; e a criação de uma Feira do mar da CPLP (CPLP, 2010).

Desse modo, compreende-se a cooperação marítima como um elemento estratégico para a organização, ainda que, segundo Bernardino (2011), a cooperação no setor naval e na segurança marítima sejam apontados como os domínios mais negligenciados pela Comunidade dentro da esfera de segurança e defesa. Dentre as ações mais recentes, destaca-se a V Conferência das Marinhas da CPLP, em 2018, sediada na Escola Naval do Rio de Janeiro, dessa resultou o Primeiro Exercício de Partilha de Informações sobre Tráfego Marítimo entre as Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP realizada em setembro de 2019. O exercício, que ocorreu através do Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo desenvolvido pela Marinha do Brasil, foi conduzido pela Marinhas brasileiras e portuguesas participando também a Marinha de Guerra de Moçambique, a Guarda Costeira de Cabo Verde e a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Nesse aspecto, o Atlântico Sul especialmente constitui uma janela de oportunidades para o espaço lusófono afirmar-se como exemplo de uma cooperação construtiva, dissuasora e de desenvolvimento para a segurança global, visto que, a nova geopolítica dos recursos energéticos da região assume uma importância tal, que encaminha para uma nova concertação das seguranças marítimas nacionais (AZEVEDO, 2014). Soma-se a este contexto, a ação brasileira que - visando ampliar sua zona de influência da esfera sul-americana até a costa ocidental africana - passou a atuar de modo a reforçar sua presença na região através do estímulo institucional a ações como pesquisa e produção oceânicas, ampliação dos acordos de cooperação (norteada pelas relações sul-Sul), reativação da indústria naval nacional, fomento de iniciativas inter-regionais no setor de defesa (MONGIARDIM, 2014).

De modo geral, deve-se ter em vista que a presença brasileira na CPLP pode ser analisada a partir de dois aspectos:

de um lado, no uso da mesma para projetar os interesses brasileiros no exterior, ou seja, uma instrumentalização feita pela política externa brasileira, visando maximizar o uso de todos os recursos possíveis existentes, inclusive para ocupar espaços maiores do que outros países junto às nações que fazem parte da comunidade; por outro lado, pode-se, igualmente inferir que, apesar do “pragmatismo” de sua política externa, o Brasil também pensa em termos de atuação conjunta da CPLP para atender interesses globais que não seriam possíveis de se obter individualmente (MYAMOTO, 2009, s/p).

A inflexão da política externa e de defesa brasileira para o Atlântico Sul nos últimos quarenta anos se justifica e legitima também nas ações na CPLP. Como fatores contínuos, a descoberta de petróleo no mar na década de 1970 e o início da sua prospecção, o encontro de jazidas na Bacia de Campos e nas águas profundas da Bacia de Santos (conhecidas como Pré-Sal). Os investimentos recentes voltados para a exploração dos recursos do mar e os fluxos marítimos em geral também se notaram na expansão da indústria naval nacional (via atuação estatal). Por outro lado, essa nova escala

dos fluxos marítimos tem gerado impactos de toda ordem e o mais evidente deles ocorre nas regiões costeiras e na rede portuária em particular. Da perspectiva de uma estratégia nacional que se baseia nas referências normativas do Direito Internacional, essa projeção marítima do Brasil foi o resultado da política externa do país conjugadas às ações da política de defesa, que buscaram consolidar “direitos e interesses no espaço marítimo do entorno regional estratégico, isto é, o Atlântico Sul” (DA COSTA, 2014, pág. 4). Concorde-se com Da Costa (2014), pois

Essa conquista envolveu movimentos decisivos em duas frentes principais. No *front* externo, intensa movimentação diplomática junto a ONU e especificamente no âmbito da Convenção sobre o Direito do Mar (1982) e, em seguida, com a sua ratificação em 1994. No *front* interno, o esforço de pesquisa envolvendo o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva Brasileira (REVIZEE) e o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), ambos liderados pela Marinha, apoiados diretamente pela Petrobras e com a participação de instituições nacionais de pesquisas oceanográficas. Essa articulação bem sucedida envolvendo o Itamaraty, a Marinha e instituições de pesquisas foi responsável por duas conquistas que permitiram ao país consolidar seus direitos e o consequente domínio legal no Atlântico Sul (DA COSTA, 2014, pág.5)¹⁴.

Cabe mencionar que desde a colonização, o Brasil tem uma vocação para sua dimensão marítima, transmitida pela ocupação portuguesa. Dessa forma, o Atlântico Sul se tornou a base processual de diferentes conjunturas históricas. Passando de rota comercial durante o Antigo Regime Colonial, posteriormente se tornou o elo entre o Brasil e o continente africano, por meio do tráfico negreiro, cujas atividades eram uma forma de exercer seu controle, temido pelos ingleses, os quais atuavam como polícia dos mares para apreender navios negreiros clandestinos para que houvesse consonância com os tratados já assinados para eliminar o trabalho escravo. Com a abolição da escravidão, interrompem-se por mais de meio século as relações Brasil-África e, conseqüentemente, o controle do Brasil sobre o Atlântico Sul., o que é considerado por Penha (2011), um “vazio de poder”. Apenas com a Guerra Fria discute-se sua importância para a defesa hemisférica. Concorde-se com Penha (2011), ao afirmar que o espaço marítimo do Atlântico Sul pode ser avaliado em função de três variáveis estratégicas: como bacia, como rota e enquanto “vazio de poder”.

Para o Brasil, o controle e a defesa do Atlântico Sul relaciona-se primariamente à sua posição geoestratégica, relacionadas às vantagens por natureza. Na segunda metade do século XX, autores

¹⁴ No dia 11 de junho de 2019, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) publicou, em seu portal da Organização das Nações Unidas (ONU), recomendação na qual legitimou ao Brasil incorporar 170.000 km² de área de Plataforma Continental, região Sul, além da Zona Econômica Exclusiva. O processo de estabelecimento do limite exterior da Plataforma Continental do Brasil iniciou em 1987, por meio do trabalho de levantamentos de dados. Em 2007, fruto da primeira submissão de pleitos, depositados em 2004, o Brasil recebeu, da CLPC, o Relatório de Recomendações no qual aquela Comissão endossou cerca de 80% da proposta brasileira. Em 25 de agosto de 2015, no plenário da ONU, em Nova Iorque, a Delegação Brasileira, seguindo o protocolo estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, procedeu à apresentação da submissão parcial revista do Brasil cobrindo a Região Sul da margem brasileira, para os peritos da CLPC (DEFESANET, 2019, s/p).

como Therezinha de Castro e Golbery do Couto e Silva apontam a tendência brasileira a atividades voltadas para o Atlântico Sul. Therezinha de Castro aponta as duas vertentes oceânicas da América do Sul, que são a vertente do Pacífico, considerada na época pouco movimentada¹, e a vertente do Atlântico, cujas redes hidrográficas estão voltadas para esta, mais inserida no comércio internacional. Além disso, a autora assinala que as cidades mais populosas do Brasil são litorâneas. Golbery também distingue o contraste entre Atlântico e Pacífico. Este, para o autor, não seria origem de ameaças, pois além da barreira natural da Cordilheira dos Andes, a hileia amazônica se constitui como um ardiloso obstáculo para possíveis invasores. Dessa forma, é para o Atlântico que as projeções brasileiras devem se voltar, pois este estaria mais vulnerável a influências e ameaças externas.

Therezinha de Castro (2003, p. 32), ao descrever a vocação geopolítica sul-americana, menciona que o continente sul-americano abrange duas vertentes oceânicas, que estão caracterizadas por duas zonas longitudinais: 1) A primeira é formada pelos Andes cadeia de montanha prolongando-se de norte para sul por mais de 7.000km, formando verdadeira barreira ao longo do Oceano Pacífico levando a América do Sul a voltar-se bem mais para o Atlântico em seu “destino manifesto”; Therezinha de Castro aponta para a importância geoestratégica da Bacia Amazônica, que se constituiria numa sub-região de conexão entre duas áreas de importância geoestratégica: a do Caribe e a do altiplano boliviano, considerando este último uma espécie de “heartland” do continente. Em consequência, quando melhor aproveitada, a Bacia Amazônica, com a integração, poderá se transformar em polo de atração de zona repulsiva; na oportunidade, essas aberturas andinas levarão para o Atlântico riquezas potenciais de zonas geopolíticas neutras do continente” (Castro, pg.3). Além disso, Therezinha de Castro menciona que o Brasil articula-se em grosso modo com os Andes, de onde recebe o empuxo das forças continentais, bem como com as duas grandes bacias fluviais a Amazônica e a Platina, tributárias do Atlântico e eixos viários de penetração no hinterland. Além disso, a autora chama atenção para o Pacto Amazônico firmado pelo Brasil como os demais países interessados, em 1980.

Os autores também discutem a importância de certos pontos estratégicos, como a costa oeste africana e a Antártida. Therezinha de Castro identifica na América do Sul um desvio continental para leste, e aponta a importância da cooperação com a África ocidental através da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), enquanto Golbery enfatiza a importância de percepções de ameaças que se instalem do outro lado do Atlântico. Em relação à Antártida, ambos convergem suas percepções sobre a importância das passagens interoceânicas. Golbery, por sua vez, situa tal importância na hipótese do expansionismo soviético, onde a passagem da Antártida faria parte de manobras de resistência ou contraofensiva a este.

No final da década de 1970, a geopolítica brasileira começa a formular os interesses propriamente brasileiros, dissociados daqueles que versavam majoritariamente sobre a defesa do mundo ocidental, além da busca por um afastamento em relação à influência norte-americana. É nesse contexto em que, na década de 1980, o Brasil propõe a criação da ZOPACAS que objetiva a

cooperação não apenas entre os países da América do Sul, mas também entre os países litorâneos ocidentais da África.

O Atlântico Sul, assim, progressivamente, tem se convertido em prioridade de interesse e ação do Brasil, e isso também como fica claro na evolução dos documentos de Defesa do país, desde 1996. Essas potencialidades ficaram mais evidentes a partir de 2003, com a conjugação de ações de política externa e de defesa nacional. Por exemplo, a Política Nacional de Defesa, de 1996, previa a concepção do “espaço regional brasileiro” extrapolando a massa continental a massa sul-americana, incluindo, também o Atlântico Sul (PND 1996, pág. 5). Nas atualizações da Política Nacional de Defesa (2005, 2012 e 2016) a manutenção do Atlântico Sul como área estratégica para o Brasil é evidente, aprofundando-se inclusive as especificidades de atenção e atuação. Na Estratégia Nacional de Defesa (2012) é remetida claramente a relevância da ação do Ministério da Defesa na ação com a CPLP para “incremento na interação inter-regionais” (END 2012, 37). No Plano Nacional de Defesa, aprofundou-se essa compreensão, ao estabelecer-se “como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (PND 2016, pág. 6). Para Abdenur & Souza Neto (2014), a cooperação brasileira em defesa ao longo do Atlântico Sul remonta à tentativa de construção de um “cinturão de boa vontade”, em expressão do Ministro da Defesa, Celso Amorim, em fevereiro de 2012, e sinaliza

[...] uma redefinição de ameaças e parcerias centrada na abundância de recursos marítimos (atuais e potenciais) do Atlântico Sul. Tal definição de ameaças parece estar acompanhada de um esforço por parte do governo brasileiro em iniciar o desenvolvimento de uma identidade comum entre os países do Atlântico Sul. Com influência da contribuição de Iver Neumann, **pode-se entender o Atlântico Sul como um espaço onde ocorre um processo de construção da região** (*region building process*) (ABDENUR & SOUZA NETO, 2014, pág. 216, **grifo nosso**).

A relevância da lusofonia no sistema internacional contemporâneo está condicionada ao seu comprometimento com as estabilidades regionais, possuindo uma voz ativa na discussão dos problemas de seus membros e que se torne fator de dissuasão (BARBOSA JUNIOR, 2018). Para o Brasil, auxiliar no cumprimento dessas representa a possibilidade de conservação de sua influência junto a países africanos, reafirmando a abordagem multilateral da diplomacia brasileira (BARBOSA JUNIOR, 2018).

Em termos de ameaça, as principais preocupações dos Estados lusófonos são os atos de pirataria, a depredação de recursos, tráficos ilícitos (pessoas, drogas, armamento), imigração irregular e crimes ambientais. Não se pode perder de vista que os problemas de segurança implicam em desafios aos processos de desenvolvimento nacional dos Estados envolvidos. No entanto, no que concerne a região do Atlântico Sul, o Brasil é o único da CPLP com meios de fiscalizar de uma forma mais eficaz sua área de jurisdição marítima, nesse contexto, grupos criminosos atuam explorando

vulnerabilidades e vazios de poder. Reside aí a necessidade de um maior esforço para o reequipamento das forças de segurança e na cooperação entre países parte da CPLP.

O Brasil ainda realizou no período da sua presidência recente, o II Curso da Fundação Alexandre de Gusmão para Diplomatas dos Estados-Membros da CPLP, na ocasião a temática dos oceanos foi destacada como um tema caro a gestão brasileira ocupando uma sessão específica durante o curso. Assim como destaca o Embaixador brasileiro:

não podemos, da parte brasileira, negligenciar o Atlântico, terreno por onde passam 95% do fluxo comercial brasileiro, volume que justifica o interesse do Brasil em desenvolver com seus parceiros africanos mecanismos de cooperação no âmbito da defesa e na prevenção à pirataria, em crescimento nos últimos anos. O Brasil procura cooperar com os países africanos da região para que possam exercer plenamente o patrulhamento e a defesa de suas águas jurisdicionais. O patrulhamento marítimo e aéreo é fundamental para nossos países, não somente para o combate ao narcotráfico, mas também para a preservação do ambiente marinho, combatendo, por exemplo, a pesca ilegal, e ainda para garantir segurança na exploração de petróleo (ABREU, 2018, p. 241).

Nesse sentido, o Brasil possui três missões navais instaladas no continente africano em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Namíbia (membro observador da CPLP). Sendo que em relação ao último país há mais de 10 anos o Estado brasileiro oferece treinamento nas escolas da Marinha do Brasil e na base naval de WalvisBay, uma cooperação que já formou cerca de 1.100 militares da marinha namibiana (ABREU, 2018).

Considerações finais: desafios à ação brasileira

O Estado português, dentre os membros da CPLP, possui o modelo mais consolidado de cooperação em matéria de defesa, agindo nas áreas de capacitação institucional, ensino, doação de material, bem como no desenvolvimento de parcerias na área da segurança marítima e integração de contingentes de operação e paz e humanitária, com destacado papel na estruturação das Academias Militares de Angola e Moçambique e a formação em escolas militares portuguesas (BARBOSA JUNIOR, 2018). Para além disso, foi criado em 2006, o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA) direcionado prioritariamente aos PALOP, tendo como objetivo conjugar no âmbito da cooperação técnico militar as relações bilaterais e multilaterais. Baseado no fato de Portugal ser membro da OTAN e da UE e das suas Forças Armadas possuírem sólida experiência em Missões e Operações de paz na Europa, África, Ásia e Oceania, o Programa visa contribuir para as capacidades próprias que habilitem a intervir na gestão de crises no continente africano sob mandato internacional (TEIXEIRA, 2011). Em 2007, o Programa foi apresentado durante a IX Reunião dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas da CPLP, sendo a ideia portuguesa possibilitar o envolvimento de Estados exteriores África no projeto. Dessa forma, Portugal se insere neste cenário com recursos limitadíssimos, mas com uma vasta experiência na OTAN e nas ações conjuntas da UE

(SILVA, 2014). Portanto, Lisboa frente a CPLP, no que tange a cooperação em segurança e defesa, tem buscado atuar como interlocutor entre a lusofonia e os organismos internacionais a que pertence.

Em relação a Portugal, há uma constância nas relações em matéria de defesa desde os anos 2000. Destacam-se as iniciativas referentes à convocação de comissões permanentes em conferências semestrais entre as respectivas marinhas, exercícios conjuntos no Atlântico Sul, treinamento da Marinha da República Democrática do Congo (2016), Acordo sobre Compartilhamento de Informação (2017), acordos para o aumento de diálogo entre a indústria de defesa brasileira e portuguesa, de 2017, cursos e estágios setoriais; visitas e embarques operacionais além de programas de intercâmbio entre militares e civis (SILVA; CARVALHO, 2019).

Concorda-se com Rizzi & Cruzichi (2018), quando afirmam que Brasil e Portugal, como os dois maiores Estados-membros e com maior influência e interesses na Comunidade, embora com momentos de concorrência na liderança e desavenças pontuais, compreendem a relevância da organização para a concertação entre seus Estados-membros e para região do Atlântico Sul. Assim,

[...] esta instrumentalização geopolítica e geoestratégica da singularidade histórica, cultural e linguística que marca o relacionamento luso-brasileiro possui duas consequências: (i) o fim da chamada “teoria da porta”, segundo a qual a importância de Portugal no âmbito do relacionamento luso-brasileiro prende-se com seu papel de elo de ligação com outros centros políticoeconômicos dos quais está próximo. (Lopes 2000; Leal 2000); e (ii) o reforço da maritimidade de Portugal como contraponto à sua localização periférica no continente europeu (Bessa 2000; Bessa 2004; Carvalho 2004; Moreira 2004). (BARBOSA, 2008, pág. 13).

É fundamental considerar nesse sentido, o movimento de expansão ao Sul que a OTAN vem articulando durante a última década, cujo maior exemplo foi a realização do exercício “*Steadfast Jaguar*” em Cabo Verde no ano de 2006, primeiro país do continente africano a ser arena de exercícios da organização, cujo objetivo principal foi testar a nova unidade de Força de Reação Rápida (NRF)¹⁵ da organização, proposta em 2002 pelos EUA¹⁶.

Compreendida pelo Estado cabo-verdiano como um reforço a sua importância internacional e uma oportunidade de qualificar as condições de fiscalização e o controle do seu espaço marítimo, a cooperação com a OTAN desde 2006 não teve significativos avanços ou se traduziu em vantagens expressivas para o Estado africano. De modo geral, os exercícios evidenciam as pretensões mais extensivas articuladas pela OTAN operacionalizadas pelas NRF. Segundo Varela (2007, pág. 20) o principal objetivo da organização “foi se posicionar estrategicamente junto às plataformas de petróleo da Maurítânia, aos países islamizados da sub-região africana e aos mercados de matérias primas

¹⁵ A NRF possui como missões fundamentais: o combate ao terrorismo, a ajuda ou operações humanitárias de evacuação de civis, operações de apoio à paz e de interdição marítima, operações especiais em casos de ameaça no campo químico, biológico e radiológico, a atuação como força de interposição entre beligerantes e o combate contra os vários tráficos, principalmente de armas, drogas e de pessoas (VARELA, 2007).

¹⁶ Exercício combinado (aéreo, naval e terrestre), cujas ações principais ocorreram nas ilhas de São Vicente, Santo Antão e Fogo, reunindo 7000 efetivos e 400 militares cabo-verdianos, com unidades de Infantaria, Polícia Militar, Fuzileiros e ainda com a sua recentemente criada Unidade de Reação Rápida (VARELA, 2007).

essenciais como o diamante, a bauxite, o urânio e o petróleo, e também colocar-se como o grande «pacificador» da região [...]”. Nesse mesmo sentido, é importante ressaltar iniciativas contemporâneas ao exercício “*Steadfast Jaguar*”, como a criação do Comando dos Estados Unidos para a África (U.S. AFRICOM) em 2007, a reativação da Quarta Frota em 2008, além da realização de teste de mísseis balísticos¹⁷ reafirmando a projeção estadunidense sobre o atlântico sul em ambas as costas¹⁸.

Paralelamente, a CPLP se sustenta como uma parceria estratégica para o Estado chinês, notadamente no campo energético. O país asiático possui uma importante presença na exploração de petróleo no Brasil e em Angola e de gás natural em Moçambique além de ser o maior comprador do petróleo lusófono. Nesse contexto, insere-se o Fórum de Cooperação Econômica China CPLP (Fórum Macau), criado em 2003 por iniciativa do Governo chinês visa ser um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental objetivando consolidar o intercâmbio econômico e comercial entre a China e os Estados membros. Ao longo das Conferências Ministeriais foram aprovados os Planos de ação para a Cooperação Economia e Comercial que definiram o conteúdo da cooperação em diversas áreas¹⁹. Ainda que o Fórum não aborde nenhuma componente militar explícita, nas linhas de cooperação destaca-se a menção do domínio do mar.

Diante disso, Teixeira (2011) identifica que seria possível que os Estados ampliassem o âmbito do apoio cooperativo já existente e com a criação de protocolos de cooperação para a defesa e segurança neste âmbito, poderiam constituir condições para uma maior coordenação e eficácia da cooperação militar. Tendo em vista que a China já possui uma importante cooperação bilateral nesse domínio com Angola compondo até mesmo um Comitê Conjunto de Cooperação da Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Angola-China. De modo geral, o governo de Pequim, por meio de instituições fortes, maior capacidade de auxílio econômico e substancial presença militar no continente africano, ao longo dos anos vem dificultando que o Brasil se estabeleça como principal expoente da cooperação Sul-Sul com os países da África (ANTUNES; et al, 2019).

No âmbito intra-CPLP, claramente o papel brasileiro vem se ampliando. Angola é o maior parceiro em cooperação militar do Brasil no continente africano. Em 2017, ocorreu no Distrito Federal a 2ª Reunião do Comitê Interino Conjunto de Defesa Brasil–Angola, onde foram discutidos os

¹⁷ Em maio de 2019, a Marinha estadunidense comunicou o teste de um Míssil sem Ogivas Nucleares feito pelo Submarino Nuclear USS Rhode Island cujo ponto de impacto final seria o largo da Costa da Província de Namibe em Angola.

¹⁸ É importante citar que a partir de 2010, a Marinha dos EUA encabeçou exercícios multinacionais chamados Obangame Express, reunindo frotas de países membros da OTAN e africanos, para manobras de patrulhamento do Golfo da Guiné, área de escoamento do petróleo produzido pelos países da região. Desde então, o número de países participantes subiu de 9 para 22, inclusive, de marinhas de países bastante distantes, como a Dinamarca e a Turquia. O Brasil foi incluído nas manobras em 2013 e tem participado anualmente. O exercício Obangame Express foi realizado pela primeira vez em 2010, de lá para cá, o treinamento vem sendo executado anualmente. Em 2019, o Obangame Express contou com a participação de 33 países, que colocaram à disposição do exercício 95 embarcações e 12 aeronaves, entre os dias 10 e 22 de março (MARINHA, 2019, s/p).

¹⁹ Intergovernamental, comércio, investimento e cooperação empresarial, capacidade produtiva, agricultura, floresta, pesca e pecuária, infraestrutura, energia e recursos naturais, educação e recursos humanos, área financeira, cooperação para o desenvolvimento, turismo, transportes e comunicações, cultura, rádio, cinema e televisão, desporto, saúde domínio do mar, cooperação entre províncias e municípios (FORUM MACAU, 2019).

Projetos de Cooperação nas áreas de Ensino e de Inteligência, Indústria de Defesa e Saúde Militar. A ação brasileira se destaca na capacitação e treinamento de pessoal militar angolano nos setores de formação técnica de engenharia (Graduação e Pós-graduação) bem como, nas esferas profissionais militares (formação, aperfeiçoamento e especialização).

Ademais, a Marinha do Brasil é uma das principais instituições em capacitação e treinamento militar de oficiais da marinha angolana, foi também iniciada em 2012 a assistência logística com a concessão de navios patrulha, exercícios conjuntos com o enfoque na temática da pirataria (ANTUNES et al, 2019). Nesse aspecto destaca-se a implementação do Programa de Desenvolvimento do Poder Naval Angolano (Pronaval), de acordo com o documento assinado em 2014, o governo angolano adquiriria sete navios-patrulhas a serem produzidos pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) da Força Naval Brasileira, além disso, o Memorando de Entendimento previa a cooperação na área acadêmica e a formação e capacitação de pessoal para construir e operar as embarcações, como também, a qualificação de homens da marinha mercante.

Em 2014, Brasil e Moçambique através de um Comunicado Conjunto firmaram a cooperação entre as respectivas Forças Armadas com destaque para as seguintes iniciativas: capacitação naval em áreas como vigilância marítima e prevenção da pirataria; apoio da Marinha do Brasil à reforma da Escola Naval de Pemba, à refluatuação de um dique na Base Naval de Maputo e na reestruturação das bases navais moçambicanas; como também a doação de aeronaves Tucano para a Força Aérea de Moçambique. Além da disponibilização de vagas em cursos de capacitação, formação e especialização oferecidas pelo Brasil e a realização de adestramentos conjuntos entre a Marinha Brasileira e a Marinha de Guerra moçambicana.

Em relação a Cabo Verde, foi criada em 2014 uma Missão Naval Permanente, o Estado brasileiro ainda realizou a doação de uniformes, apoio técnico prestado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação, estruturação do serviço *Search and Rescue* (SAR) e capacitação e treinamento de pessoal militar. A Marinha nacional também contribuiu no treinamento dos fuzileiros navais de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Com o último foi em 2015, criada uma Missão Naval para capacitar e treinar a Guarda Costeira, destaca-se também os acordos com São Tomé e Príncipe para a capacitação na área de sinalização náutica e hidrografia para portos de águas profundas, apoio na formulação de uma estratégia de segurança marítima nacional para o país. No que diz respeito a Guiné-Bissau, a cooperação está até então concentrada na capacitação e treinamento de pessoal militar, com a projeção de instalação de uma Missão Militar naquele país pelo Comando do Exército. Com a Guiné-Equatorial predominam acordos de capacitação militar iniciados em 2010.

Se os avanços e possibilidades para o Brasil na CPLP são muitos e complexos, como o papel consolidado de liderança nas áreas de cooperação, a legitimidade de sua projeção no Atlântico Sul, a confiabilidade de seus vizinhos na América do Sul auxiliando nessa projeção e as consequentes parcerias bi e multilaterais (intra e extra-CPLP) nas duas costas sul-atlânticas, os desafios são ainda maiores. A consolidação da dimensão marítima brasileira enfrenta a crescente presença

extrarregional sul-atlântica, especialmente encabeçada pela OTAN e EUA. Quanto à OTAN, é importante ressaltar como o papel de Portugal tem se mostrado relevante para a CPLP, especialmente na área de cooperação em Defesa e segurança, porém com contornos de aproximação aos países do Norte Atlântico, servindo como ponte de possibilidades e interesses.

Não resta dúvida, no entanto, que o Brasil se consolidou como liderança sul-atlântica no século XXI, ao fortalecer sua dimensão marítima, sem perder a prioridade da dimensão continental. Cabe destacar que aproximação entre academia e Forças Armadas no Brasil recente tem qualificado essa análise e projeção brasileira que independente de mudanças de governo, não devem ser interrompidas ou minimizadas no aspecto de valorização do Atlântico Sul como área de paz e cooperação basilar de atuação da CPLP.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal & SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África. NASSER, Reginaldo Mattar & MORAES, Rodrigo Fracalosi de (org.) **O Brasil e a segurança em seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. São Paulo: IPEA, 2014.pág.215-238.

ABREU, Fernando José Marroni de. Intervenção do Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, no II Curso da Fundação Alexandre de Gusmão para Diplomatas dos Estados-Membros da CPLP. In: LOPES, Luís Henrique Sobreira; MELLO, Fernando Figueira de; KALLÁS, Maria Lima. **A presidência brasileira da CPLP (2016-2018)**: Textos e Documentos. Brasília: Funag, 2018. p. 233-242.

AMORIM, Celso. Discurso do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura do **III Simpósio das Marinhas da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP)**, Rio de Janeiro, em 08 de maio de 2012.

ANTUNES, Allan et al. A Cooperação Marítima Brasileira e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como Instrumento de Projeção Internacional. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 16., 2019, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa, 2019. p. 1 - 16.

AZEVEDO, Francisco Duarte. 2014. A CPLP E O ATLÂNTICO SUL. **Intervenção no VIII ENABED. Em Brasília, 8-10 de setembro de 2014**, p. 1-11.

AZEVEDO, Francisco Duarte; BERNARDINO, Luís Manuel Brás. Uma Nova Visão Geoestratégica Na Comunidade De Países De Língua Portuguesa. A Identidade Da CPLP No Domínio Da Defesa. **Proelium**, Lisboa, v. 7, n. 10, p.21-42, jun. 2016.

BARBOSA JUNIOR, Jacy. **O emprego das forças armadas em operações de paz e humanitárias**: o contributo da CPLP. 2018. 99 f. Trabalho de Investigação Individual do CPOG - Curso de Curso de Promoção a Oficial General, Departamento de Estudos Pós-graduados, Instituto Universitário Militar, Pedrouços, 2018.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. **IDN Nação e Defesa: O Mar no Espaço da CPLP**, Lisboa, v. 128, p.41-65, 2011.

BERNARDINO, Luís; LEAL, José Santos. **A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)**. Lisboa: Europress, 2011. 198 p. (Cadernos do Instituto Nacional de Defesa).

BERNARDINO, Tenente-coronel Luís Manuel Brás. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Uma Década de Segurança e Defesa. **Revista Militar**, Lisboa, v. 2472, p.1-27, jan. 2008.

CASTRO, Therezinha. O Brasil e a nova ordem mundial: enfoque geopolítico. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 136, n. 2, 1997.

DA COSTA, Wanderley Messias. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. **Confins** : Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº 22, 2014. Disponível em : <<https://journals.openedition.org/confins/9839?lang=pt#text>> Acesso em 17 out. 2019.

DECLARAÇÃO FINAL. 2011. **XIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP**, em Santa Maria, em 26 e 29 de novembro de 2011.

EIRAS, Ruben. Segurança Energética na CPLP: um Imperativo Estratégico. **Nação e Defesa: Estratégia**, Lisboa, v. 136, p.234-252, 2013.

ESTRATÉGIA da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos. **I Reunião Formal dos Ministros do Mar da CPLP** em 21 de março de 2010, em Oeiras.

FERREIRA, Aloysio Nunes. A PRESIDÊNCIA BRASILEIRA DA CPLP (2016-2018). In: LOPES, Luís Henrique Sobreira; MELLO, Fernando Figueira de; KALLÁS, Maria Lima. **A presidência brasileira da CPLP (2016-2018):** Textos e Documentos. Brasília: Funag, 2018. p. 17-64.

FÓRUM MACAU. Disponível em: <<http://www.forumchinapl.org.mo/about-us/mission-and-objectives/?lang=pt>> Acesso em: 12 de out. 2019.

FREITAS, Claudio Alexandre de Almeida. **A Cooperação Técnico-Militar no Seio da CPLP.** Subsídios para uma Estrutura Centrada nos Objetivos Presentes e Desafios Futuros. 2018. 97 f. Trabalho de Investigação Individual do CPOG - Curso de Curso de Promoção a Oficial General, Departamento de Estudos Pós-graduados, Instituto Universitário Militar, Pedrouços, 2018.

IEA. **Statistics.** 2019. Disponível em: <<https://www.iea.org/statistics/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

MATOS, Antero de. Os Desafios da Segurança Marítima na África Ocidental: uma Perspetiva de Cabo Verde. **Nação e Defesa**, Lisboa, v. 131, p.79-90, 2012.

MARINHA do Brasil encerra sua participação no exercício multinacional “Obangame Express 2019”, **DefesaTV**, 18 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.defesa.tv.br/marinha-do-brasil-encerra-sua-participacao-no-exercicio-multinacional-obangame-express-2019/>> Acesso em: 15 out. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Marinhas do Brasil e Portuguesa conduzem 1º exercício de partilha de informações sobre o Tráfego Marítimo entre os países da CPLP.** 2019. Disponível em:

<<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinhas-do-brasil-e-portuguesa-conduzem-1o-exercicio-de-partilha-de-informacoes-sobre-o>>. Acesso em: 12 out. 2019.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, p.22-42, 2009.

MONGIARDIM, Maria Regina de. **A nova face da CPLP**. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/10284452/A_Nova_face_da_CPLP> Acesso em: 25 set. 2019.

MOURY, Taciana. **Forças armadas de países de língua portuguesa realizam exercício conjunto no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt/articles/armed-forces-portuguese-speaking-countries-conduct-joint-exercise-brazil>>. Acesso em: 12 out. 2019.

MURARGY, Murade; ILHARCO, António. **18 anos de CPLP: Desafios para o Futuro**. Lisboa: Sersilito, 2006. 160 p. Disponível em: <https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=/Files/Filer/cplp/Desafios_Futuro_Final.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

NORMAS para a Realização de Exercícios Militares da CPLP, 2012. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Normativos/Normas_ExerciciosMilitares_CPLP.pdf> Acesso em: 24 de jul. de 2017.

PALMEIRA, José António Passos. Cooperação entre Estados Lusófonos: A Segurança no Atlântico. **Eixo Atlântico: Do Noroeste Peninsular**, Lisboa, v. 19, p.39-50, 2012.

PRAZERES, Major Flávio Luiz Lopes dos. **O Brasil e a CPLP: oportunidade a ser ainda mais explorada**. 2019. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/pensamento/noticia/31646/O-Brasil-e-a-CPLP--oportunidade-a-ser-ainda-mais-explorada/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

PROTOCOLO que Altera o Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, 2016. Disponível em: <[https://cplp.defesa.pt/Normativos/20160520_Revisao%20do%20Protocolo%20de%20Cooperacao%20da%20CPLP%20no%20Dominio%20da%20Defesa%20\(pendente\).docx](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20160520_Revisao%20do%20Protocolo%20de%20Cooperacao%20da%20CPLP%20no%20Dominio%20da%20Defesa%20(pendente).docx)>. Acesso em: 31 de jul. 2017.

REGULAMENTO, Colégio de Defesa da CPLP. 2017. XVIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, em Malabo, em 25 de maio de 2017.

SILVA, Daniele Dionisio da. Das Caravelas à Cooperação Sul-Sul: o Atlântico lusófono em perspectiva comparada no âmbito da Defesa e da Segurança Internacional. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL "ESPAÇO LUSÓFONO" (1974/2014) - TRAJECTÓRIAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS, 1., 2014, Lisboa. **Textos**. Lisboa: Cesa; Csg; Instituto Superior de Economia e Gestão/ Universidade de Lisboa, 2014. p. 238 - 279.

SILVA, Daniele Dionisio da; CARVALHO, Carolina Ambinder de. Military Technical Cooperation for Development – The Brazilian Perspective of Interaction for the 21st Century. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 25, p.167-196, 2019.

SOUZA, J . M. De. Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental? **Revista Brasileira de Geofísica**, vol.17 n.1, São Paulo, Mar. 1999, pág.79-82. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbg/v17n1/v17n1a07.pdf>> Acesso em: 17 out. 2019.

TEIXEIRA, António Manuel Felícia Rebelo. **Possibilidades e Oportunidades de Emprego das Forças Armadas da CPLP no Quadro da Arquitectura de Paz e Segurança Africana.** 2011. 84 f. Trabalho de Investigação Individual do CPOG - Curso de Curso de Promoção a Oficial General, Departamento de Estudos Pós-graduados, Instituto Universitário Militar, Lisboa, 2011.

VARELA, Odair B. 2007. The Crossroads of Defence and Security in the Middle Atlantic: Cape Verde between NATO's Sword and the African Wall? **Direito e Cidadania**, Ano VII, nº 25/26, p. 219-248.